

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 189 – PE 035/19

Trata-se de projeto de lei que visa autorizar o Executivo Municipal a proceder à concessão de uso de bens móveis (ambulâncias) à Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas.

A mensagem justificativa informa que os veículos foram doados pela União (Ministério da Saúde), para serem usados no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, não podendo ser dada destinação para quaisquer outros fins.

O projeto de lei vem acompanhado do processo administrativo do Executivo Municipal nº 2019/3594.

Relatei.

A concessão de uso é instituto do direito administrativo que consiste na transferência temporária de posse de determinado bem público para terceiro, mediante prévia lei autorizativa e licitação.

O art. 122 da Lei Orgânica do Município disciplina a concessão de uso:

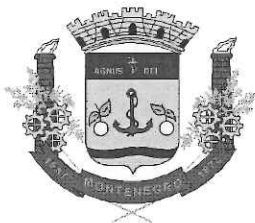
“Art. 122 A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá de lei e de licitação, e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1.º – A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 2.º – A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita mediante licitação, a título precário e por decreto.

§ 3.º – A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios.”

No caso em análise, a autorização legislativa advirá da aprovação do presente projeto de lei. Já a prévia licitação, dadas as peculiaridades do caso, mostra-se inviável. Não há sentido em se proceder à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



licitação para a concessão de ambulâncias quando a OASE detém convênio com o Município para custeio e manutenção do Programa SAMU – SALVAR 192.

Portanto, nos parece juridicamente viável a concessão de uso das ambulâncias para uso junto ao Programa SAMU – SALVAR 192, pela OASE.

A despeito disso, não se pode deixar de trazer a lume entendimento diverso, externado pela DPM em sua Informação nº 2809-2011:

“O Programa SAMU/SALVAR, por se tratar de uma ação de saúde, relacionada com a agilidade nos atendimentos de urgência e a interação com outros procedimentos médicos, com vistas ao salvamento de vidas em situação de risco, **deve ser executado diretamente pelo Município, ou por entidade de sua administração indireta especialmente criada para esse fim.**”

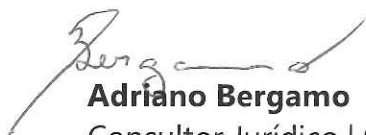
Dentro do Sistema Único de Saúde, compete aos Municípios o custeio da atenção básica de saúde, nos termos da NOB-SUS 01-96, da Portaria 648/GM-2006 e do artigo 30, inciso VII, da Constituição Federal, incluindo suas respectivas urgências.

Tendo a OASE à sua disposição a estrutura do Hospital Montenegro, na condição de sua mantenedora, não seria lógico o Município criar outra estrutura para atender essa demanda. O convênio com a entidade vem se mostrando exitoso, contemplando os **princípios constitucionais da economicidade e da eficiência** (art. 37).

Sendo assim, se mostra razoável e plenamente justificável, pelo prisma constitucional, a concessão de uso de ambulâncias para uso da OASE, no âmbito do Programa SAMU – SALVAR 192.

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Montenegro/RS, 07 de junho de 2019.


Adriano Bergamo

Consultor Jurídico | OAB/RS 65.961